

OCUPAÇÃO NÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/ SE

GONZAGA, Taiana Pereira de Almeida¹

taiana07@gmail.com

FONSECA, Vania (orientadora)

Graduada em Ciências Sociais (FFCLRC), Especialista em Dinâmica Populacional (USP), Mestre em Geografia/Organização do Espaço (UNESP), Doutora em Geografia/Planejamento Regional (UNESP) – Professora do Curso de Geografia e do Curso de Mestrado em Saúde e Ambiente da UNIT – Pesquisadora do ITP

vania@infonet.com.br

RESUMO

O município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe, está em vias de quebra do isolamento territorial por via rodoviária, quando entrar em funcionamento a ponte que está sendo construída sobre o rio Sergipe e vai ligar a sede municipal com a capital do estado, Aracaju. O município faz parte de região metropolitana do estado e tem função de “cidade dormitório”, recebendo transbordamento urbano, o que se dá em pequena escala pois a falta de ligação rodoviária direta entre Aracaju e Barra dos Coqueiros dificulta a migração pendular diária. Com a iminente ligação rodoviária direta à Aracaju estão ocorrendo mudanças com a instalação de crescente processo de especulação imobiliária, aumento de invasões em áreas litorâneas de preservação, e outras, alterando o modo de vida dos moradores do município, inclusive devido à perda de parte do espaço rural decorrente do crescimento desordenado do zona urbana. Este trabalho tem como objetivo estudar os reflexos já existentes e outros pontencialmente futuros, decorrentes da quebra do isolamento rodoviário de Barra dos Coqueiros que, com a “abertura” do seu território, deverá passar por mudanças significativas, nem

¹ Aluna do Curso de Geografia da UNIT e bolsista do CNPq/Ministério da Saúde/FAP-SE

sempre desejáveis. Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica, pesquisa de campo para observação da área de estudo, realização de entrevistas com roteiro pré-definido e escolha intencional dos informantes e levantamento das condições socioeconômicas, educativas e de saúde dos habitantes da região.

Palavras-chave: Ilha de Santa Luzia. Barra dos Coqueiros. Área de expansão urbana. Impacto em zona rural. Quebra de isolamento territorial.

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução das sociedades, o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, aumentou a tendência à concentração urbana e a procura por novos espaços para a construção de residências e outras edificações urbanas. Aumentou também a complexidade das atividades econômicas e cresceu a demanda por utilização de recursos naturais. O processo de urbanização e o desenvolvimento industrial favoreceram a modernização e o avanço da construção urbana sobre o meio natural incorporando no tecido urbano áreas até então pouco modificadas pelo uso rural. Assim, aumentou também o embate entre homem-meio natural e cresceram os problemas ambientais resultantes da interação sociedade-natureza.

Essa complexidade atinge o conjunto da sociedade humana, mas se manifesta de forma diferente e com intensidades variáveis em cada lugar. Assim, lugares mais isolados são menos atingidos pelos problemas ambientais, embora não estejam a salvo das mudanças globais como alterações do clima e outros fenômenos naturais cujas relações com as ações humanas vêm sendo estudadas.

Um dos lugares que até recentemente podiam ser considerados relativamente isolados no Estado de Sergipe, é o município de Barra dos Coqueiros que embora integrante da região metropolitana de Aracaju mantinha um modo de vida bem diferente da metrópole. O crescimento acelerado da capital do estado e seu pequeno território fez a sua área urbana transbordar sobre os municípios vizinhos, que passaram a receber migrantes de várias partes de Sergipe, crescendo com a chegada de pessoas que, geralmente, apresentam baixo poder aquisitivo. E até recentemente a falta de ligação rodoviária direta com Barra dos Coqueiros, se constituía em obstáculo para o extravasamento da capital sobre território desse município.

Esse isolamento rodoviário está prestes a ser rompido com a entrada em funcionamento da ponte que ligará as cidades de Barra dos Coqueiros e Aracaju. E já se notam os reflexos da instalação desse empreendimento, com aceleração do crescimento populacional de Barra dos Coqueiros, não apenas na área urbana, mas em vários pontos da área rural, especialmente litorânea, onde invasões desafiam a legislação ambiental que protege áreas de dunas.

As condições do município de Barra dos Coqueiros, e o processo de desenvolvimento pelo qual vem passando - com a apropriação de novos espaços não urbanos para atender o rápido crescimento da sua zona urbana, e o processo de mudanças que ali se instalou decorrente da perspectiva da quebra do isolamento relativo pela ligação rodoviária via ponte que está sendo construída - merecem um estudo aprofundado, para conhecer as tendências observadas e subsidiar planejamentos para a condução a cenários futuros desejados.

Neste sentido o trabalho aqui apresentado se constitui em contribuição para a geração desse conhecimento e tem por objetivo estudar os reflexos já existentes e as principais perspectivas futuras decorrentes da quebra do isolamento territorial do município de Barra dos Coqueiros devido à construção da ponte sobre o rio Sergipe que proporcionará a “abertura” dessa ilha para fácil acesso à capital do estado e outros centros urbanos.

Na execução desse trabalho, que envolve questões sobre zona rural, urbanização e meio ambiente os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental para levantamento das diversas características econômicas, sociais e ambientais, e sua evolução; a pesquisa de campo para observação direta das condições do ambiente rural, em especial a faixa litorânea, da infra-estrutura dos povoados (tipo de moradia, pavimentação e saneamento básico), além da realização

de entrevistas com roteiro pré-definido e escolha intencional dos informantes com o objetivo de levantar informações sobre a percepção dos moradores em relação à ponte que está sendo construída e as mudanças que já ocorrem no cotidiano das pessoas, além do levantamento das condições socioeconômicas, educacionais e de saúde dos habitantes da região.

2 CRESCIMENTO URBANO NO BRASIL: CONCENTRAÇÃO NO LITORAL

Após a década de 30 do século XX, as cidades se tornaram locais do intenso processo de urbanização e modernização, que influenciaram na caracterização dos seus diversos aspectos e na funcionalidade de cada aglomerado urbano. Assim, as cidades cresceram e tornaram-se locais de grande concentração de pessoas e de atividades econômicas, o que ocasionou o transbordamento da população urbana sobre áreas adjacentes aos seus limites, alterando a utilização do solo dessas áreas que passaram a apresentar características urbanas.

A necessidade de apropriação de novos espaços para suprir a demanda populacional urbana, o desenvolvimento industrial, as atividades comerciais e todo um conjunto de atividades tipicamente urbanas, fez com que se acelerasse a ocupação das áreas não urbanas contíguas, fenômeno potencializado pela disseminação das redes de transporte e comunicação. Assim, áreas periféricas às cidades, até então utilizadas para atividades rurais, e áreas litorâneas, em terrenos de marinha, passaram a ser funcionalmente incorporados à cidade, embora nem sempre esses territórios sejam legalmente considerados como zona urbana.

No Brasil, as áreas litorâneas despertaram interesse desde o período colonial, quando foram utilizadas para a construção de portos, através dos quais escoavam os produtos que sustentavam a economia da colônia portuguesa. As áreas rurais também tiveram importante significado na história do desenvolvimento do Brasil, pois a economia no período colonial estava essencialmente ligada à produção agrícola, quer para a alimentação da crescente população, quer para a exportação. A utilização dessas áreas no Brasil, passou por modificações significativas no decorrer dos séculos, com transformações espaciais e funcionais principalmente nas regiões sudeste, sul e nordeste.

A concentração populacional no litoral brasileiro permaneceu apesar da ocupação de áreas do interior, especialmente na região Nordeste, onde os atrativos naturais são utilizados para a atividade turística e a pequena produção agrícola está bastante presente, disputando espaço com o uso do solo para atividades de lazer.

No litoral de Sergipe, merece destaque o município de Barra dos Coqueiros, que se localiza na Ilha de Santa Luzia e faz parte da região metropolitana de Aracaju, embora sua ligação com a capital se faça prioritariamente por barcos, pois a ligação rodoviária exige um percurso muito longo e com trânsito na rodovia BR 101, de intenso movimento de veículos. A sede desse município tem função de cidade dormitório da capital do estado, situação que poderá ser reforçada com a quebra do relativo isolamento territorial devido à construção de uma ponte sobre o rio Sergipe que ligará essa área ao município de Aracaju.

3 A ÁREA EM ESTUDO

O município de Barra dos Coqueiros localiza-se na Ilha de Santa Luzia, em frente à Aracaju, capital do Estado de Sergipe, tendo ao norte o município de Pirambu, com o qual é ligado por ponte construída no início desta década. A sua população total registrada em 2000 pelo IBGE (2006), foi de 17.807 habitantes, se configurando município de pequeno porte.

A sua zona urbana é pouco movimentada, não dispõe de indústrias a não ser um estaleiro de pequeno porte, seus estabelecimentos comerciais têm pouca variedade de produtos, os serviços oferecidos aos residentes são pouco numerosos e não qualificados, tem pequeno volume de tráfego de veículos e, de modo geral, predomina a paisagem de simplicidade e a ostentação de riqueza não é observada.

A zona rural do município apresenta um número de habitantes ainda menos significativo em comparação com a população urbana e está distribuída em pequenos povoados ao longo do território rural no interior da Ilha de Santa Luzia, especialmente na porção do litoral. As condições de saneamento básico, infra-estrutura e moradia dos povoados apresentaram melhoras no decorrer do tempo, mas foram pouco significativas, o que reflete na baixa qualidade de vida dos seus moradores, que sobrevivem da atividade agrícola de subsistência com o plantio de culturas como mangaba, manga, caju, macaxeira, batata-doce, coco, quiabo e amendoim. Essa atividade agrícola vem se mostrando insuficiente para a manutenção das famílias e já nota-se uma sensível tendência de conjugação a outras atividades econômicas, com trabalho como motorista, vigia, pedreiro e “bicos” em geral. Nos povoados mais próximos ao mar e corpos d’água, as principais atividades econômicas dos moradores é a pesca e o comércio em bares e similares.

Esse município tem uma larga área de praias que por sua beleza paisagística foi, e continua sendo, fator primordial na atração de população residente e de veranistas. O grande número de bares e casas de veraneio são visíveis em grande parte da extensão das praias, concretizando na paisagem o processo de ocupação da faixa terrestre da zona costeira, que vem se fazendo de forma irregular desde da chegada dos primeiros moradores nessa localidade e permanece fora dos padrões adequados de ocupação, ou seja, as construções foram feitas em terrenos de marinha ultrapassando o limite estabelecido pelo Patrimônio da União.

4 A ZONA NÃO URBANA DE BARRA DOS COQUEIROS

Na área não urbana de Barra dos Coqueiros a população vive em pequenos povoados, desenvolvendo atividades econômicas tradicionais, onde se destacam a pequena agricultura de roças e a pesca. A agricultura sempre esteve presente nessa área e os primeiros moradores já plantavam coco e mangaba que, junto com a pesca, se constituíram em fonte de renda para a população residente na ilha.

Na última década do Século XX nessa área litorânea de Barra dos Coqueiros foi construído o Porto de Sergipe, *off shore*, dentro do Programa de Zonas de Exportação, mas o movimento portuário não atingiu os objetivos previstos quando da sua implantação. Também foi planejada para a área próxima ao porto, um pólo industrial voltado para a química, mas até hoje essa implantação não foi concretizada.

Os povoados de Barra dos Coqueiros apresentam características bastante semelhantes, onde a pobreza e a falta de condições adequadas de infra-estrutura aparecem compondo a paisagem, mesmo naqueles em que há significativo número de residências de veraneio.

A vida dos moradores dos povoados é bastante sacrificada, com falta de condições de geração de renda a não ser através da agricultura e da pesca e, eventualmente, de trabalho informal fixo ou esporádico. O trabalho feminino contribui significativamente para a renda familiar, pois assim como o dos homens, mesmo que não seja remunerado em dinheiro, representa renda em espécie pois permite o auto-consumo e o escambo. Muitas mulheres colocam seus filhos pequenos em creches enquanto trabalham descascando camarão, tratando peixes ou nos serviços domésticos. Os homens, mesmo com outra atividade, geralmente pescam para consumo da família e venda do excedente.

Os povoados de Barra dos Coqueiros apresentam características semelhantes no processo de ocupação humana, nas condições de saneamento básico e infra-estrutura. Mas essas condições podem mudar devido a reflexos da construção da ponte sobre o rio Sergipe que vai provocar não só o crescimento da população da cidade de Barra dos Coqueiros, mas também o crescimento da população não urbana desse município. A função de cidade dormitório que o município já possui pode ser potencializada, a especulação imobiliária deve crescer, assim como o aumento da violência e alterações no meio ambiente natural e social.

E com o aumento da população urbana e seu extravasamento para a zona rural, esses povoados devem ser direta ou indiretamente afetados, com impactos positivos e negativos para a vida da população que vive nessas localidades e mudanças significativas no modo de vida e nas características das aglomerações humanas. Esses povoados são: Atalaia Nova, da Praia da Costa, Olho D'Água, Capuã, do Jatobá, Touro, Canal e Ilha do Rato.

4.1 Atalaia Nova

Um dos povoados mais antigos do Município de Barra dos Coqueiros é o povoado de Atalaia Nova, que inicialmente tinha poucos moradores e era área de mata. Posteriormente, devido às belezas naturais e sua localização privilegiada na foz do rio Sergipe, passou a ser procurado para a construção de casas tanto de moradores quanto de veranistas residentes em Aracaju e outras cidades de Sergipe. Os moradores mais antigos falam que ali ocorreu regressão do mar e que os próprios moradores da região e pessoas de outras localidades fizeram aterros para a construção de moradias de palha e passaram a trabalhar na atividade pesqueira nessa região.

Com o tempo mais pessoas foram construindo casas no povoado e Atalaia Nova tornou-se uma aglomeração relativamente grande, e a maioria das casas de moradores já apresentavam uma pequena melhoria no material utilizado na sua construção. A partir de então, Atalaia Nova começou a ser procurada para a construção de casas de veraneio e o povoado, que antes era habitado por pessoas simples e pobres com moradias singelas, começou a receber veranistas.

E Atalaia Nova começou a adquirir outro aspecto, com a construção de casas de veraneio em quase todas as partes do povoado, principalmente na área mais próxima da praia, construções de bares para atender a crescente demanda de turistas, ou seja, o povoado se tornou atrativo turístico na região. Há cerca de 15 anos, houve um avanço do mar sobre as residências construídas na praia próximo à foz do rio Sergipe e a procura do local por veranistas de classe alta e média começou a cair. Hoje o turismo é bem popular e a praia de Atalaia Nova apresenta bares e restaurantes em situação precária de infra-estrutura, pois o movimento de clientes só aumenta na época de carnaval e da festa regional Coco Folia.

4.2 Praia da Costa

A Praia da Costa é uma continuação da Praia de Atalaia Nova, cujo processo de ocupação se intensificou quando ocorreu a queda do movimento de turistas na Praia de Atalaia Nova, com a migração de serviços de atendimento ao turista e surgimento de novos estabelecimentos. Nesse povoado podemos encontrar muitos bares e algumas pousadas, mas o movimento, segundo depoimento dos seus proprietários, é pouco significativo.

A falta de saneamento básico e infra-estrutura são visíveis, o fornecimento de água e luz não atende a todos os moradores do povoado, sendo que alguns utilizam gambiarras para conseguir energia. Parte da população residente tem suas casas em um trecho chamado de Kuwait onde o comércio de bares é reduzido e os moradores sobrevivem da pesca e de outras atividades econômicas.

Nesse povoado existem casas de veraneio que apresentam boa estrutura e algum luxo nas suas instalações. Mas em sua maioria elas ficam fechadas durante o ano e cuidadas por caseiros que são moradores do local.

O acesso a Praia da Costa, não é bom, em parte porque as construções feitas nesse local formam um paredão que impede o acesso direto da população à praia e também porque essas construções encontram-se localizadas em terreno de dunas, onde há proibição de construção de pavimentação de rodovias e caminhos.

4.3 Olho d'Água

Olho D'Água, povoado que recebeu esse nome por causa de um minador que foi descoberto nesse local quando as primeiras pessoas vieram construir suas casas para fixar moradia nessa área, antigamente esse povoado apresentava um grande número de

casas, se assemelhando a uma vila. Quase todos os moradores tinham um pedacinho de terra para morar e praticar a atividade agrícola porque os donos dos grandes terrenos cediam uma parte de suas terras para essas pessoas viverem e, em troca, muitos eram caseiros e tomavam conta dos sítios cujos donos não residiam no local.

Gradativamente grande parte dos moradores desse povoado foram embora para Barra dos Coqueiros, Aracaju e até mesmo para outros estados do país, devido a falta de condições de geração de renda e precariedade de habitação no povoado, como infraestrutura, fornecimento de água e energia, além da falta de transporte para a ligação com outras localidades, inclusive com a sede municipal. O número de habitantes desse povoado diminuiu e ele foi reduzindo o seu tamanho, restando apenas poucos moradores que continuam praticando o cultivo de produtos como feijão, mandioca, mangaba, macaxeira, manga e coco. Essa situação permanece até hoje.

4.4 Capuã

No povoado de Capuã a atividade agrícola é a principal atividade econômica exercida pelos moradores do local, existindo pequenas plantações espalhadas por todo povoado onde encontramos principalmente o cultivo de quiabo, maxixe, feijão, mangaba e coco. Esses produtos, além de destinados ao consumo, são vendidos na beira da estrada ou para os atravessadores do mercado municipal de Aracaju ou da feira de Barra dos Coqueiros e Pirambu.

O plantio e a importância de cada cultura varia de acordo com a época do ano, pois os pequenos agricultores aproveitam para plantar quiabo no final do inverno, quando as terras de várzea são mais propícias para o plantio desse produto que é muito procurado por comerciantes de Barra dos Coqueiros e Aracaju, especialmente por ocasião da festa de São Cosme e São Damião, em setembro. Outra produção de fácil

comercialização é a mangaba, fruta típica da região, com grande procura na época de safra. No povoado são criados alguns bovinos, suínos e algumas aves, que na maioria das vezes servem para complementar alimentação diária dos moradores. Também são observados eqüinos na área do povoado, que servem de transporte e de tração para veículos simples.

O processo de ocupação da área se iniciou do interior do povoado, mas com a construção da rodovia SE-100, que corta o município no sentido sul-norte, os novos moradores preferiram construir suas casas próximas à estrada devido a movimentação de veículos e pessoas. Hoje o número de casas em fase de construção é bem significativo e até alguns proprietários de terrenos do povoado Capuã já estão loteando seus terrenos para venda. Esses loteamentos começaram a ser divididos há cerca de 4 meses, decorrente da valorização das terras decorrente da especulação imobiliária que se instalou no município com a notícia da construção da ponte sobre o rio Sergipe que vai ligar Aracaju a Barra dos Coqueiros e proporcionar o aumento do movimento nessa região.

4.5 Touro

O povoado Touro tem história parecida com a dos outros povoados. Começou com a construção de casas de palha e taipa, com ruas encharcadas de lama sem nenhuma pavimentação e sem o abastecimento de água e energia. Hoje, o povoado apresenta serviço de abastecimento de água e distribuição domiciliar de energia e a concentração de moradores se dá em apenas em uma rua do povoado, onde a infraestrutura está instalada.

A população residente tinha a atividade pesqueira como principal atividade econômica, mas o rio Pomonga, que corta o povoado, passou a sofrer com a degradação

crescente de suas águas e o pescado praticamente desapareceu, obrigando os moradores a se deslocarem para os municípios vizinhos para pescar, principalmente para o município de Pirambu, o que vem estimulando a saída de moradores.

Outro fator que deve ser ressaltado, é a instalação da atividade de carcinicultura no povoado, com a construção, há pouco tempo, de um viveiro de camarão que encontra-se localizado às margens do Rio Pomonga, o que vem trazendo uma série de problemas:

“...do excessivo uso de pesticidas e antibióticos nos tanques de camarão, considerável poluição da água, devastadoras doenças virais espalhadas entre as granjas de camarão, perda de importante hábitat marinho litorâneo como mangues, bancos de lama e bancos salinos. Essa realidade provoca uma severa diminuição de peixes, perda do hábitat de aves migratórias e perda de meios de vida tradicionais das comunidades litorâneas. (ASMUS, 2004, p. 19).

A carcinicultura vem representando um problema para o meio natural e social desse povoado, assim como para áreas adjacentes. Mas o órgão responsável pela fiscalização do meio ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), alegando basear-se em análises sobre os reflexos ambientais da carcinicultura, não toma providências justificando não haver comprovação científica da relação entre criação de camarões e diminuição do pescado, inclusive caranguejos.

4.6 Canal

O povoado Canal, também bastante pequeno, tem apenas uma rua dotada de alguma infra-estrutura. Essa rua é calçada com paralelepípedos, e oferece abastecimento de água e luz, embora esses serviços sejam de má qualidade e tenham constantes períodos de interrupção.

Atualmente a prefeitura começou uma obra que vai favorecer o saneamento básico do povoado, já que em épocas de chuva o escoamento das águas não ocorre pela falta de esgoto e bueiros, o que provoca a inundação das ruas.

A população vive basicamente da pesca, mas a queda do pescado vem fazendo com que muitos dos moradores procurem empregos na zona urbana de Barra dos Coqueiros para melhorar suas condições de vida. No povoado também se observa a prática da carcinicultura.

4.7 Ilha do Rato

O povoado da Ilha do Rato, uma colônia de pescadores, também é conhecido como povoado de Santa Isabel. Esse povoado surgiu com a vinda de dois moradores que escolheram esse local para fixar moradia, o senhor Piroca, que tinha uma casa de palha no mangue e outro morador que tinha uma barraca de rede na boca da barra do Rio Japarutuba. Atraídos pela localização, mais moradores foram chegando, principalmente pescadores, e casas de palhas foram construídas próximas à margem do Rio Japarutuba.

O nome do povoado foi dado por causa de uma barraquinha que era localizada embaixo de um pé de coqueiro que pertencia a um dos primeiros moradores desse povoado, o senhor Zé Titia. Essa barraquinha ficava localizada perto do mangue e o número de ratos que eram encontrados lá era muito grande, por isso os moradores que foram chegando começaram a falar que o local onde o senhor Zé Titia morava era uma verdadeira Ilha do Rato.

A situação das pessoas que moram no povoado Ilha do Rato é desumana. Lá, embora tenha fornecimento de energia elétrica, não existe saneamento, pavimentação, drenagem, as casas são de palha feitas sobre o mangue aterrado e quando

a maré está cheia as casas ficam inundadas e os moradores ficam com água até os joelhos esperando a maré baixar novamente. Até o caminho de acesso a esse povoado fica inacessível com a maré alta.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O município de Barra dos Coqueiros, que já recebe o transbordamento urbano da capital e tem perspectivas de aumentar o número de habitantes no seu território, deve apresentar planejamento da ocupação do solo de toda a sua área territorial, e não apenas da zona urbana, pois a área não urbana do município, que é pouco povoada e já sofre com invasões e especulação imobiliária, poderá receber impactos altamente negativos e, muitos deles irreversíveis.

É importante ressaltar, que as atividades econômicas tradicionais da área não urbana de Barra dos Coqueiros, a agricultura e pesca, deixaram de ser praticadas em alguns povoados e foram trocadas pela carcinicultura. São nos povoados Touro e Canal que a essa atividade aquícola já vem sendo praticada, com reflexos bastante indesejáveis para a pesca e, portanto, para o ambiente natural. E essa atividade poderá se espalhar por todo o território do município, considerado área propícia para a carcinicultura. Sabe-se que,

Dos treze mil hectares identificados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais do Estado de Sergipe – CODISE (SERGIPE, 2004) como potencialmente aptos para a atividade de carcinicultura em todo o Estado, apenas 398ha foram ocupados por viveiros de camarão em 2003, representando 3,0% da área propícia ao cultivo e 2,7% de toda a área cultivada no país, segundo dados da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão-ABCC. (ROCHA, 2004, apud WANDERLEY; MAGALHÃES, 2004, p.2).

De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) resolução nº 312 de 10 de outubro de 2002 artigo 6º,

“As áreas propícias à atividade de carcinicultura serão definidas no Zoneamento Ecológico-Econômico, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e em conformidade com os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro”.

Mas essa atividade de criação vem sendo implantada e desenvolvida sem que os trâmites propostos pelo CONAMA sejam obedecidos, pois nem sempre os licenciamentos dos empreendimentos que pretendem exercer a carcinicultura atendem os parâmetros mínimos para a implantação das empresas de criação de camarões.

Além disso, os processos de degradação ambiental nos mangues e em áreas estuarinas estão sendo diretamente vinculados à carcinicultura e os múltiplos estudos, embora apontem correlação direta entre carcinicultura e mortandade de caranguejos, não parecem ser capazes de estipular as relações entre esses dois fatores. A esse respeito merece ser citado:

“Desta forma, ainda que a legislação permitisse a instalação de projetos de carcinicultura em áreas de manguezal – o que seria uma barbárie – do ponto de vista econômico a produção seria ineficiente, pois as externalidades na carcinicultura atuam de forma degradadora em todo o transcurso do processo de produção, poluindo as águas com o derrame de efluentes tóxicos e comprometendo as atividades das populações do entorno, como a pesca, a catação de mariscos e captura de caranguejos, nas áreas estuarinas. (SALVADOR, 2005).

Além desse problema vinculado à aquicultura, que potencialmente provoca danos ambientais e, por reflexo, queda na qualidade e volume da pesca, outro problema se coloca na zona rural de Barra dos Coqueiros, que é o Terminal Portuário Marítimo, e que teve por objetivo

“...o escoamento da produção do futuro Pólo Cloroquímico e de outras atividades industriais da região, como a exportação de cloreto de potássio, cloreto de sódio, amônia e uréia, e importação de trigo, além de importação/ exportação de cargas em geral”. (SOUTO, 1997, p.82).

Entretanto, uma das principais causas da sua construção, o Pólo Cloroquímico, não foi construído – o que deve se constituir em fator bastante positivo para o ambiente que não terá que suportar essa atividade altamente poluente - e o Terminal Marítimo Inácio Barbosa não teve o seu principal cliente. O Terminal até hoje espera a construção do Pólo Cloroquímico, que só existe no papel e até hoje as terras destinadas para sua construção encontram-se vazias e sem a permissão do governo para qualquer outro tipo de construção nesse local. Além disso, o movimento portuário com outras cargas, não se concretizou.

A área não urbana de Barra dos Coqueiros, formada por pequenos povoados onde os moradores ainda praticam atividades econômicas tradicionais, pesca e agricultura, deve ser focada com cuidado e o plano diretor que está sendo elaborado para o desenvolvimento urbano do município deve ser estendido para o conjunto do território municipal, pois a relação harmônica urbano-rural é de fundamental importância. A utilização das terras do município e o uso do solo urbano e de outros aglomerados populacionais do município, precisam ser alvo de planejamento integrado com a zona urbana, pois os problemas de uma zona urbana refletem rápida e contundentemente na zona complementar e vice-versa.

Assim, cuidar do planejamento do desenvolvimento urbano-rural, de forma integrada, especialmente quando há perspectiva de aumento dos problemas já existentes, além de ser um ato de respeito para com os habitantes do município, poderá se traduzir em grandes vantagens futuras, quando a entrada em funcionamento da ponte sobre o rio Sergipe trouxer maior movimento, aumento do número de moradores, crescimento da complexidade da realidade municipal e todos os seus reflexos.

Assim, há a necessidade de conhecer o que está ocorrendo atualmente no município, a relação de fatores da realidade, as tendências futuras prováveis e suas

consequências, de forma a subsidiar planejamentos visando evitar ou diminuir futuros problemas que possam trazer prejuízos de difícil reversão ou, mesmo, irreversíveis tanto para o ambiente natural quanto para o ambiente social da Barra dos Coqueiros.

6 BIBLIOGRAFIA

ASMUS, Milton, KITZAMANN, Dione. **Gestão Costeira no Brasil Estado Atual e Perspectivas**. Rio Grande – Santa Catarina, Setembro de 2004.

http://www.ecoplata.org/estudios/Ecoplata_Est-Gest-Cost-Brasil.pdf - acesso em 25/maio/2006.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

IBGE. **Geociências. Cartografia**. 1.3. Unidades Político-Administrativas.

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html - Acesso em 25/maio/2006

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> - Acesso em 25/maio/2006

LIMA, Obéde Pereira de; PHILIPS, Jürgen Wilhelm. Demarcação dos Terrenos de Marinha e seus Acrescidos. **Notas & Notícias – Boletim Eletrônico IRIB/ANOREG-SP** – 09/09/2003 n° 822. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

<http://www.irib.org.br/doc/terrenosdemarinha.doc> - Acesso em 23/maio/2006

SALVADOR, Vandemberg. Carcinicultura nordestina: um exemplo clássico de ineficiência de produção. **Jornal da Cidade**. Colunas. Aracaju 03 de julho de 2005.

SOUTO, Paulo Heimar. **Políticas Públicas e a organização espacial do litoral Norte de Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1997.

WANDERLEY, Lílian de Lins; MAGALHÃES, Mário Jorge Maia de. Mapeamento digital da aptidão da carcinicultura no litoral sul de Sergipe com uso de fotografias aéreas e imagens de satélite. **II Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto**, Aracaju: EMBRAPA-CPATEC, 2004.